
EDITORIAL (*)

Em virtude da profunda alteração verificada no quadro político-estratégico que foi prevalecente nos últimos 40 anos, são frequentes os escritos que perspectivam, com o fim das ideologias e as possibilidades de progresso e desenvolvimento geradas pela capacidade tecnológica, um fim da História ou uma sociedade terminal, harmónica, racionalizada e liberta de conflitos. Por outro lado, vão tendo crescente curso as teses que consideram o quadro do Estado-Nação demasiado vasto para os pequenos problemas e demasiado pequeno para fazer face aos grandes desafios que se perfilam no horizonte da política internacional, levando a pôr em causa os conceitos tradicionais de soberania e independência nacional. A primeira circunstância obriga a ponderar sobre a existência ou não de ameaças ou fontes de insegurança; quando à segunda, relaciona-se com a validade ou interpretação a dar aos objectivos nacionais relevantes para a defesa nacional. Ao iniciar-se um novo curso de defesa nacional, parecem, assim, oportunas algumas considerações, ainda que muito sucintas, sobre questões de cuja resposta resultará, ou não, a evidência da necessidade de realização de cursos com as características dos que vêm sendo ministrados no Instituto, e, em caso afirmativo, que finalidades os devem nortear ou enquadrar.

Quando às fontes de insegurança, e circunscrevendo a análise à região europeia e à sua envolvente próxima ou com

(*) Extracto da alocução do Director do IDN, General Abel Cabral Couto, na Sessão Solene de Abertura do Curso de Defesa Nacional de 1992-1993, em 11 de Novembro de 1992.

ela directamente relacionável, apontam-se como mais significativas as seguintes:

- na linha do que tem sido uma preocupação histórica, o risco de ressurgimento de uma potência com aspirações hegemónicas, na Europa;*
- a eventual passagem de aliados de ontem a adversários de amanhã, em consequência de uma exasperação de clivagens essencialmente de raiz económica;*
- as derivadas de uma provável proliferação de potências dotadas de armas de destruição maciça, em consequência de uma generalização da tecnologia dos vectores e de falhas no controlo internacional de cérebros, materiais e tecnologias;*
- roturas, por razões variadas, nos fluxos de abastecimentos essenciais à Europa, particularmente no domínio energético;*
- as consequentes da instabilidade político-social que se verifica no que se vem convencionando chamar «o arco de crise», com prospectos de escalada para situações de violência prolongada, mais ou menos larvar e de difícil controlo, e impulsionadoras de correntes migratórias eventualmente maciças e desordenadas, por seu turno propiciadoras de um desenvolvimento de sentimentos xenófobos;*
- os riscos de acidentes ecológicos de proporções incalculáveis, consequentes ou de um progresso mal controlado (como no caso das chuvas ácidas) ou de degradações significativas na disciplina de exploração e de manutenção de, por exemplo, centrais nucleares, fazendo surgir o espectro de novos Chernobyl;*
- o narcotráfico e outras manifestações insidiosas e que, de forma crescente, em vários países começam a ser entendidas como verdadeiras ameaças à segurança, nacional ou colectiva.*

Se bem que as duas primeiras situações referidas se apresentem, na conjuntura actual, como muito pouco prováveis, não podem deixar de ser estrategicamente consideradas.

Eis uma listagem de questões que exigem estudo, decisões e posturas ao nível político e que são suficientes, certamente, para, conjuntamente com uma reflexão sobre as potencialidades e vulnerabilidades nacionais, alimentarem um curso de defesa nacional.

Quando aos objectivos, vai-se tornando evidente que, certamente à luz daqueles que constam dos textos jurídicos fundamentais sobre defesa nacional, na prática e no concreto, o que se defende (ou deverá defender-se) em permanência, em todas as frentes, sejam de negociação ou de outra natureza, no seio de aliados ou em face de adversários, é o entendimento que for feito do Interesse Nacional, à luz de cada situação concreta. Isto exige, evidentemente, que os intervenientes no processo, em níveis elevados, tenham tido possibilidade de reflectir sobre Portugal, sobre a teia das grandes questões internacionais que o condicionam e estimulam e sobre a posição do País relativamente a esses mesmos problemas, como actor criativo e responsável. O amadorismo, nestes domínios, acarreta custos muito elevados.

Por outro lado, vai-se tornando também evidente que as Forças Armadas são um instrumento de relevância crescente na afirmação externa do Estado, quer no âmbito duma contribuição para os sistemas de segurança internacional, quer no âmbito da cooperação com novos países, quer, mesmo, em acções de prestígio. Torna-se, assim, crescente a necessidade de uma cuidada articulação entre as políticas externa e de defesa nacional. A dialéctica do soldado e do diplomata ou negociador, de que falava Raymond Aron, surge reflectida no projecto de União Europeia, quando se aponta a uma «Política Externa e de Segurança Comum», que evidencia as sobreposições, as interdependências e interacções entre as duas vertentes da acção e afirmação externa do Estado.

Eis mais uma perspectiva talvez merecedora de reflexão. Num momento em que, em Portugal, em todos os domínios se repensa o Estado, o seu papel e os seus instrumentos, à luz de

critérios da maior rendibilidade dos limitados recursos existentes, uma reflexão ponderada e desapaixonada, em sede adequada, sobre o tema acima apenas afluído, talvez conduzisse ao encontro do que poderá ser a vocação mais profunda e essencial deste Instituto, ao serviço do Estado e da Nação, e que teria reflexos inevitáveis no seu quadro institucional e organizacional. Algumas achegas orientadoras se poderão encontrar em soluções há muito vigentes nos EUA e alguns outros países e que se começam a afirmar também na Alemanha, por exemplo.